

CIDADES

APADRINHAMENTO DE ANIMAIS

ORIAS - Centro de Recuperação e Investigação de Animais Selvagens, em Olhão, está a desenvolver uma campanha para o apadrinhamento de animais.

CAMINHADA DE PAIS E FILHOS

O grupo de marcha e corrida de Olhão 'Mexete Mói' promove no sábado (Dia do Pai) uma caminhada para pais e filhos, no circuito dos Pinheiros de Marim.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA SOFRE CORTE

A Tavira Verde procede hoje, entre as 14h00 e as 17h00, a um corte no abastecimento de água, na freguesia de Tavira (Bernardimheiro, Tavira e São Pedro).

RIA FORMOSA. ANUNCIOU MINISTÉRIO

Casas de primeira habitação da Culatra vão ser legalizadas

PROCESSO Atribuído título de utilização do domínio hídrico a habitações e construções para guarda de aprestos de pesca.
POLIS Moradores temem regresso das demolições depois da prorrogação do programa de requalificação por mais um ano.

JOÃO MIRA GODINHO*

As casas de primeira habitação e as construções destinadas à guarda de aprestos de pesca ou maricultura e equipamentos de utilização coletiva do núcleo piscatório da Culatra vão ser legalizadas. O anúncio foi ontem feito pelo Ministério do Ambiente, que prevê a atribuição do título de 'utilização do domínio hídrico' a estas edificações.

De acordo com o ministério, o processo de legalização irá começar assim que seja aprovada a proposta do Projeto de Intervenção para Requalificação,

NÚCLEO PISCATÓRIO TEM RAÍZES HISTÓRICAS E ESTATUTO CULTURAL

apresentada, já em novembro de 2013, pela comissão que reúne entidades como o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Câmara de Faro, Associação de Moradores da Ilha da Culatra e Sociedade Polis Litoral da Ria Formosa.



Moradores temem regresso das demolições do Polis da Ria Formosa

A notícia surge quando os moradores temem o regresso das demolições, após ser prorrogado, por mais um ano, o funcionamento da Sociedade Polis Ria Formosa, que administra o programa de requalificação das ilhas-barreira. Pe-

rante essa possibilidade, a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) decidiu enviar ao Governo um pedido a exigir suspensão imediata das demolições nos núcleos dos Hangares e Farol (ver caixa).

No caso do núcleo da Culatra,

o Governo explica a decisão por se tratar de um "aglomerado piscatório com raízes históricas e com evidências claras de uma ocupação antiga, detendo estatuto social, económico e cultural merecedor de reconhecimento e valorização". • COM LUSA

Municípios exigem paragem imediata das demolições



Jorge Botelho líder da AMAL

A AMAL exige a "suspensão imediata das demolições dos núcleos dos Hangares e Farol". Ao mesmo tempo, pede ao Governo que entregue "a gestão dos aglomerados urbanos das ilhas-barreira ao município de Faro" e proceda "à avaliação da adequação dos planos e instrumentos de gestão territorial da ria Formosa". •

FARO. AQUISIÇÃO

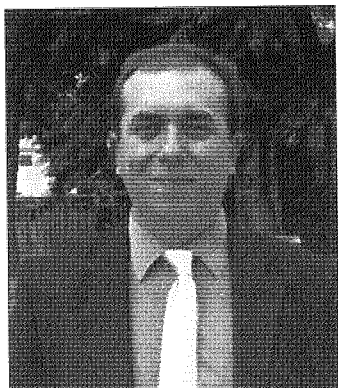
5 mil contadores de água

A Fagar, empresa municipal de gestão de águas e resíduos de Faro, acaba de lançar um concurso público destinado à aquisição de 5100 contadores de água. O investimento previsto ultrapassa os 263 mil euros.

Segundo o concurso, está prevista a retoma por parte da empresa vencedora de cinco mil contadores antigos. Os novos

equipamentos são fornecidos com os acessórios necessários à sua instalação.

A empresa municipal definiu como único critério de adjudicação o preço mais baixo apresentado pelos concorrentes. Os novos contadores serão fornecidos à Fagar ao longo dos próximos três anos, a contar da celebração do contrato. • J.C.E.



Paulo Costa presidente da Fagar

TAVIRA. INTERVENÇÃO

329 mil euros para reparação de estrada

A Câmara de Tavira decidiu avançar com a empreitada de reparação da Estrada Municipal 1123, que liga as povoações de Beliche de Baixo e da Portela da Corcha. Esta intervenção tem um custo estimado de cerca de 329 mil euros.

A estrada será alvo de uma intervenção de reabilitação de fundo, que contempla a regularização do pavimento e a colocação de betão betuminoso. Será ainda efetuada a marcação horizontal da via.

Segundo o concurso público, que foi ontem publicado em Diário da República, a empreitada tem um prazo de execução previsto de três meses. O preço mais baixo é o principal critério de adjudicação da obra. • J.C.E.